

PROJETO DE LEI

Vem aí mais uma manobra para adiar a implantação do PNRS

Há mais de quatro anos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos não consegue sair do papel

Mais uma vez, o Congresso Nacional tenta protelar o prazo do projeto que dá sobrevida aos lixões do Brasil. Agora, a ideia é aprovar o Projeto de Lei 2.289/2015, que altera a política, aumentando o limite de adequação em seis anos, a qualquer momento e em medida de urgência. Isso significa fazer com que o PL passe pela Câmara dos Deputados pulando algumas etapas da tramitação.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, implantada em 2010, previa que de 2014 em diante todas as cidades brasileiras dessem a destinação correta dos seus rejeitos. No ano passado, o Palácio do Planalto já havia vetado uma proposta para o adiamento das normas de adequação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Problema pode ser maior . De acordo com um estudo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), atualmente quase 60% dos municípios brasileiros ainda mantêm aterros controlados ou lixões a céu aberto. Só no ano passado, mais de 29 milhões de toneladas de detritos foram descartadas em locais que oferecem risco à saúde da população. O estudo ainda revela que cerca de 38% da população – mais de 78 milhões de pessoas – não têm acesso a um tratamento e destinação correta do lixo.

Para Ariovaldo Caodaglio, presidente do Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo (Selur), a extensão do prazo pode ser um retrocesso na Política Nacional de Resíduos Sólidos e não provocará mudanças significativas em relação ao cenário atual. “É postergar para mais seis anos um grande problema sem levar em consideração os meios para que esse plano funcione”, afirma.

Muitas prefeituras alegam não terem condições técnicas e financeiras para descartar os rejeitos de forma adequada, pois os investimentos são elevados. Além das obras de terraplanagem e instalação de bases de apoio como escritórios, portaria e balanças, também é preciso inves-



Presidente do Selur acredita que sem uma boa estratégia não adianta prorrogar o prazo

tir em dispositivos de controle e minimização de riscos de impactos ambientais. A construção de um aterro sanitário pode superar os R\$100 milhões.

O presidente do Selur enfatiza que grandes centros urbanos não são sinônimos de recurso em caixa para fazer esse grande investimento. “Quando fizeram essa proposta se basearam na premissa que uma cidade maior tem mais recursos e, por isso, vai conseguir fazer as adaptações em menos tempo que as demais.

Acontece que as capitais têm outros problemas tão grandes quanto a sua população para resolver”, relata.

Caodaglio acredita que se estratégias eficientes não forem traçadas junto às prefeituras, daqui a alguns anos o Congresso vai ter que ditar novamente outro projeto de lei e que a tarefa de descartar os rejeitos não é função dos municípios. “Ora, as prefeituras já fazem tudo: a coleta de lixo, coleta seletiva, que não é responsabilidade delas. O produtor que deveria cuidar do produto até a destinação final. A prefeitura trabalha de graça para as grandes empresas, gastando um dinheiro que não tem”, completa.

O que muda com aprovação do Projeto de Lei 2.289/2015

- Capitais e regiões metropolitanas poderão regularizar sua situação até dia 31/6/2018.
- Cidades de até 100 mil habitantes terão até 2020 para adequar a destinação dos resíduos sólidos.
- Municípios com população inferior a 50 mil habitantes terão prazo de até 2021 para dispor todo o lixo de forma correta.

Setembro de 2015

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Sindilurb se profissionaliza para atender melhor empresas do setor. [Página 3](#)



NOVAS DIRETRIZES

Criação da Norma Regulamentadora da Limpeza Urbana será fundamental para a redução dos acidentes de trabalho no setor. [Página 2](#)



Sala de Reuniões
Walter Carlos da Silva
 O Sindilurb presta homenagem a um grande homem e empresário que representou esse setor tão bem e deixou um legado de competência e sabedoria para todos.

EDITORIAL

Um novo tempo

Não é novidade que este ano está sendo uma época difícil para todos os brasileiros. Diante da crise, trabalhadores, donas de casa e empresários estão tentando sobreviver ao caos e continuar produzindo para que o país saia do fundo do poço. Neste sentido, o Sindilurb, juntamente com outras entidades da nossa classe, está atuando de forma responsável, sem deixar para trás as necessidades das empresas de limpeza e coleta de lixo, para que nosso setor continue a crescer com sustentabilidade.

Nesta edição vamos comemorar, pela primeira vez, a união dos sindicatos patronais e do trabalho para a criação da Norma Reguladora da Limpeza Urbana. A NR vai evitar milhares de acidentes por ano no país e nivelar os padrões das atividades laborais dos pequenos municípios aos das grandes cidades. Ponto para todos: menos acidentes de trabalho nas empresas e mais qualidade de vida para os colaboradores.

Também estamos ansiosos para dividir com vocês as grandes mudanças que estão sendo implantadas no sindicato. Agora a entidade vai contar com um novo modelo organizacional, que vai favorecer o ambiente de negócios, oferecer mais serviços aos associados e nos aproximar ainda mais dos sindicatos dos trabalhadores, resultando em mais representatividade para o Sindilurb.

Por fim, conversamos com o presidente do Selur, Ariovaldo Caodaglio, para retomar a discussão dos últimos capítulos de uma antiga novela da nossa classe: o prazo para acabar com os lixões no Brasil. Será mesmo uma boa ideia adiar por mais seis anos o prazo de eliminação dos lixões, sem uma solução para o problema enquanto milhões de toneladas de lixo são descartadas de forma errada no meio ambiente?

Boa leitura e até a próxima edição!



Marcos Vinícius Rocha Savoi, presidente

NOVAS DIRETRIZES

Setor vive momento histórico com a criação de NR

Norma Regulamentadora da Limpeza Urbana vai garantir ainda mais segurança para trabalhadores de todo o Brasil



Representantes dos sindicatos patronais e das empresas se reúnem para criar proposta de regulamentação

A inédita união entre sindicatos, empresários e trabalhadores para a criação da primeira Norma Regulamentadora da Limpeza Urbana está movimentando o setor. Além de trazer mais segurança aos empregados, a NR nivelará os padrões da atividade laboral das pequenas cidades aos dos grandes centros urbanos. Para apresentar a última versão do documento, o Sindilurb, sob coordenação do Selur e Selur, realizou um workshop no auditório da Fiemg, em Belo Horizonte, com representantes de todas as classes envolvidas, no dia 28 de julho.

Além desse workshop, já foram realizados encontros em São Paulo e Brasília. Nas três reuniões foram apresentadas propostas e sugestões das entidades sindicais, dirigentes e trabalhadores para a normatização de estratégias que garantam mais qualidade de vida e bem-estar para os empregados e reduzam o número de acidentes de trabalho no setor.

Com a normatização, os novos procedimentos de segurança e saúde serão lei e deverão ser cumpridos por empresas prestadoras de serviço e também prefeituras de todo o Brasil.

As versões preliminares do texto da NR já estão sendo desenvolvidas pelos sindicatos patronais e dos trabalhadores, que contam com o auxílio de dois consultores experientes, os engenheiros de segurança do trabalho, José Américo Fischmann e Jaques Sherique.

De acordo com o engenheiro e perito judi-

cial, José Américo Fischmann, a NR é mais do que uma proposta, é uma realidade que já foi aceita pelo Ministério do Trabalho. “Pela primeira vez o governo está recebendo os sindicatos patronais e dos trabalhadores para, juntos, encontrarem soluções para o setor, que antes tinha suas questões resolvidas apenas entre governo e sindicatos trabalhistas”, comemora.

Há mais de três anos construindo a NR, José Américo Fischmann, afirma que a norma possui um conceito diferente. “Hoje, nós sabemos que o nosso trabalhador respira um ar melhor ou igual a média da população paulistana e temos certeza também que não temos doenças ocupacionais por agentes biológicos”, explica.

A previsão é de que até o final de 2016 a norma seja aprovada.



José Américo Fischmann ressalta a importância da união com classe trabalhadora

EXPEDIENTE



SINDILURB NOTÍCIAS

DIRETORIA DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO DE MINAS GERAIS - SINDILURB/MG

TRÍENIO DE 2014/2017

PRESIDENTE: MARCOS VINÍCIUS ROCHA SAVOI
VICE-PRESIDENTE: HABIB ABDO DIB
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: MAURÍCIO SIGAUD FERREIRA
DIRETOR DE EXPANSÃO E MERCADO: RENATO FERREIRA MALTA
DIRETOR DE RELAÇÕES TRABALHISTAS: JANILTON SANTOS MACHADO
DIRETOR TÉCNICO: GILSON ALMEIDA VILELA
DIRETOR ADJUNTO: ROBSON GERALDO DE FIGUEIREDO
CONSELHO FISCAL: WILLY MARTINS CARNEIRO JÚNIOR, HELY COSTA LAGES E ARTHUR ALVES DE BRITO
SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: LUIZ FELIPE FERREIRA PROCÓPIO, FLAVIO NOGUEIRA PINTO E ROGÉRIO MALTA
DELEGADO EFETIVO JUNTO A FIEMG: MAURÍCIO SIGAUD FERREIRA
DELEGADO SUPLENTE JUNTO A FIEMG: JEFERSON PASCOAL ROCHA
TIRAGEM DO INFORMATIVO: 1000 EXEMPLARES
PROJETO EDITORIAL: ARTICULAÇÃO COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA
REDAÇÃO: JUDY SOUTO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Mais visibilidade e força para o Sindilurb

Parceria com Fiemg e CNI traz modelo de organização ainda mais eficiente para a entidade



Diretoria traça novas metas para o Sindilurb

Modernização e planejamento para representar e fortalecer ainda mais os interesses das empresas de coleta, limpeza e industrialização do lixo de Minas Gerais. O Sindilurb está passando por um grande processo de reestruturação do seu modelo organizacional, que vai garantir mais visibilidade no mercado e trazer novas ideias para o sindicato avançar e contribuir para que seus associados cresçam com sustentabilidade. Para isso, a entidade realizou uma consultoria em Planejamento Estratégico com profissionais renomados da Fiemg e CNI.

A Presidência, a Gerência Administrativa e o Conselho Fiscal do Sindilurb foram orientados pela consultoria, realizada em duas etapas: na primeira, em outubro de 2014, foi feita a análise do cenário e montada a identidade organizacional do sindicato para construir indicadores de metas para o Sindilurb; na segunda, em junho deste ano, foi montado um plano de ação com planejamento estratégico para os próximos 5 anos.

Com as novas diretrizes, as decisões do sindicato serão ainda mais participativas. A partir deste mês, serão realizadas pesquisas de opinião para priorizar as demandas mais importantes e medir o grau de satisfação dos associados e filiados. Outra ação importante é a formação de um grupo de trabalho que fará visitas ao Ministério Público, Tribunal de Contas, Ongs, entidades representativas e empresas, a fim de estabelecer parcerias para atender melhor os interesses do setor, por exemplo, atuar contra a inadiplência das prefeituras.



Para a consultora Alexandra Rezende, nova organização vai atrair mais associados

De acordo com a consultora de Gestão Estratégica da Fiemg e CNI, Alexandra Rezende, além de tornar o sindicato uma entidade cada vez mais consolidada no mercado, o novo plano vai chamar a atenção de novas empresas para se associarem. “Tudo isso confere maior credibilidade ao sindicato, que terá ainda mais visibilidade e exercerá maior influência no ambiente externo”, revela.

Mais serviços. O presidente do Sindilurb, Marcos Savoi, acredita que este novo modelo de organização vai proporcionar um ambiente de negócios mais favorável para as empresas e permitir que a entidade ofereça mais serviços ao associado. “Nossa meta é fazer parceiras para

ampliar a assessoria jurídica, oferecer convênios, assessoria técnica, treinamento e consultorias aos associados, além de disponibilizar nosso espaço para eventos corporativos, organizar compras coletivas e oferecer capacitação tanto para os dirigentes quanto para os colaboradores de nossos associados”, afirma.

Savoi também revela que outra meta dessa reestruturação do Sindilurb é formar uma comissão de negociação que vai traçar um plano para equilibrar a relação entre sindicato empresarial e laboral. “A ideia é criar ações que permitam uma aproximação maior com o sindicato dos trabalhadores para que as negociações sejam sempre pacíficas”, completa.



O presidente do Sindilurb, Marcos Savoi, com o presidente da Fiemg, Olavo Machado Júnior, e o presidente do Sinduscon-MG, Luiz Fernando Pires, durante o Projeto Dirigente 2015, que reuniu presidentes das principais entidades sindicais do Estado, de 20 a 22 de agosto.